

Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Obrascon Huarte Lain Brasil S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individual (controladora) e consolidado, da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. e controladas (“Sociedades”), levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa, que estão sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., não eram requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações dos fluxos de caixa foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, tomadas em conjunto.

5. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem em certos aspectos significativos dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”). Os efeitos decorrentes da adoção desses princípios contábeis teriam impacto nos resultados das operações e no patrimônio líquido referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 na extensão apresentada na nota explicativa nº 26 às demonstrações financeiras.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2008 (exceto para a nota explicativa nº 26, cuja data é 9 de abril de 2008).

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006			2007	2006		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e bancos		274	242	13.839	11.729	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	116.181	327.138
Aplicações financeiras	4	19.530	8.776	50.600	127.545	Fornecedores		1.056	1.309	32.005	31.340
Contas a receber	5	187	1.306	30.366	27.841	Obrigações sociais		1.664	496	11.063	8.595
Contas a receber - sociedades ligadas	17	1.962	4.457	87	87	Obrigações fiscais	16	617	48	17.865	16.586
Estoques		-	1	1.479	1.214	Outras contas a pagar		110	37	4.749	2.728
Despesas antecipadas	6	61	6	3.714	3.458	Provisões diversas - sociedades ligadas	17	824	880	824	880
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	5.660	4.012	Cauções contratuais	14	-	-	5.671	5.149
Impostos a recuperar	8	1.117	4.639	2.600	6.249	Credores pela concessão	18	-	-	50.437	47.448
Adiantamentos para novos projetos		6.839	2.940	6.839	2.940	Provisões para contingências	20	-	-	-	3.846
Dividendos a receber	17	15.109	39.374	-	-	Dividendos propostos		17.785	41.848	17.785	41.848
Outros créditos		76	49	2.720	1.711	Total do passivo circulante		22.056	44.618	256.580	485.558
Total do ativo circulante		45.155	61.790	117.904	186.786						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:						Exigível a longo prazo:					
Aplicações financeiras restritas	9	-	-	16.807	21.368	Empréstimos e financiamentos	15	-	-	394.331	262.641
Impostos a recuperar	8	6.541	-	8.290	-	Contas a pagar - sociedades ligadas	17	-	3.453	-	-
Contas a receber - sociedades ligadas	17	22.135	34.344	-	-	Fornecedores		-	-	32	64
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	-	-	12.182	17.404	Credores pela concessão	18	-	-	473.227	485.709
Despesas antecipadas	6	-	-	195	319	Provisões para contingências	20	-	-	5.995	-
Depósitos judiciais		251	238	1.407	1.324	Receita diferida		-	-	391	373
Permanente:						Outras contas a pagar		-	-	7	849
Investimentos	10	659.926	606.242	85.032	94.450	Total do passivo não circulante		-	3.453	873.983	749.636
Imobilizado	11	3.246	3.562	1.562.171	1.517.940						
Intangível	12	-	-	41.773	53.708	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Total do ativo não circulante		692.099	644.386	1.727.857	1.706.513	Capital social	19	549.083	549.083	549.083	549.083
						Reservas de lucros		188.386	131.293	188.386	131.293
						Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital		(22.271)	(22.271)	(22.271)	(22.271)
						Total do patrimônio líquido		715.198	658.105	715.198	658.105
TOTAL DO ATIVO		737.254	706.176	1.845.761	1.893.299	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		737.254	706.176	1.845.761	1.893.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS					
Serviços prestados		-	-	674.989	471.331
Deduções dos serviços prestados		-	-	(59.176)	(40.996)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS					
		-	-	615.813	430.335
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS					
		-	-	(320.434)	(214.639)
OUTRAS RECEITAS					
Equivalência patrimonial	10.a	94.491	96.446	-	-
Outras		-	168	84	168
LUCRO BRUTO					
		94.491	96.614	295.463	215.864
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas		(10.017)	(7.071)	(60.649)	(39.889)
Remuneração da Diretoria		(2.000)	(1.178)	(2.000)	(1.178)
Remuneração da Administração		(295)	(47)	(295)	(47)
Tributárias		(1.476)	(100)	(5.563)	(2.844)
Amortização do ágio em investimentos, líquido		-	426	(9.418)	(10.928)
Outras receitas		585	-	585	-
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO					
		81.288	88.644	218.123	160.978
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		6.331	12.308	11.895	17.940
Despesas financeiras		(12.609)	(730)	(109.153)	(53.518)
Variação cambial, líquida		(66)	22	(66)	22
		(6.344)	11.600	(97.324)	(35.556)
LUCRO OPERACIONAL					
		74.944	100.244	120.799	125.422
RESULTADO NÃO OPERACIONAL					
		348	334	1.816	403
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
		75.292	100.578	122.615	125.825
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	22.a	(414)	(1.159)	(44.163)	(43.357)
Diferidos	22.b	-	-	(3.574)	16.951
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
		74.878	99.419	74.878	99.419
LUCRO POR AÇÃO - R\$					
		1,0869	1,4432		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Ajuste do patrimônio líquido - variação cambial no capital	Total
			Legal	Lucros a realizar	Retenção de lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		549.083	3.839	18.236	51.647	-	(22.271)	600.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	99.419	-	99.419
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	19.b	-	4.971	-	-	(4.971)	-	-
Reserva de lucros a realizar		-	-	23.612	-	(23.612)	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	70.836	(70.836)	-	-
Dividendos propostos	19.b	-	-	(41.848)	-	-	-	(41.848)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		549.083	8.810	-	122.483	-	(22.271)	658.105
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	74.878	-	74.878
Destinação do lucro líquido:								
Reserva legal	19.b	-	3.744	-	-	(3.744)	-	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	53.349	(53.349)	-	-
Dividendos propostos	19.b	-	-	-	-	(17.785)	-	(17.785)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		<u>549.083</u>	<u>12.554</u>	<u>-</u>	<u>175.832</u>	<u>-</u>	<u>(22.271)</u>	<u>715.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
ORIGENS DE RECURSOS					
Das operações (vide abaixo)		-	-	394.455	229.545
Dos acionistas-					
Capital circulante líquido de controlada incorporada	1	4.156	-	-	-
De terceiros:					
Aumento do exigível a longo prazo		180.000	3.416	609.522	111.514
Baixa do ativo imobilizado		-	-	-	5.751
Redução do realizável a longo prazo		48.719	16.934	10.123	9.323
Juros sobre o capital próprio	10.c	9.992	-	-	-
Dividendos propostos por controladas	10.b e c	162.644	39.374	-	-
Total das origens		<u>405.511</u>	<u>59.724</u>	<u>1.014.100</u>	<u>356.133</u>
APLICAÇÕES DE RECURSOS					
Nas operações (vide abaixo)		23.744	1.467	-	-
Aumento do realizável a longo prazo		28.041	109	9.767	10.380
Adições aos investimentos	10.a e c	136.005	110.514	-	94.201
Adições ao imobilizado		94	959	236.872	453.456
Distribuição de dividendos	19.b	17.785	41.848	17.785	41.848
Redução do exigível a longo prazo		193.915	-	589.580	94.069
Adições ao intangível		-	-	-	5.943
Total das aplicações		<u>399.584</u>	<u>154.897</u>	<u>854.004</u>	<u>699.897</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>5.927</u>	<u>(95.173)</u>	<u>160.096</u>	<u>(343.764)</u>
VARIAÇÃO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO					
Capital circulante líquido:					
No início do exercício		17.172	112.345	(298.772)	44.992
No fim do exercício		23.099	17.172	(138.676)	(298.772)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		<u>5.927</u>	<u>(95.173)</u>	<u>160.096</u>	<u>(343.764)</u>
DEMONSTRAÇÕES DOS RECURSOS ORIGINADOS DAS					
(APLICADOS NAS) OPERAÇÕES					
Lucro líquido do exercício		74.878	99.419	74.878	99.419
Itens que não afetam o capital circulante líquido:					
Juros e correção monetária de longo prazo		(4.561)	(4.309)	99.842	8.864
Impostos diferidos	22.b	-	-	3.574	(16.526)
Depreciações e amortizações		410	295	200.501	124.267
Resultado de equivalência patrimonial	10.a	(94.491)	(96.446)	-	-
Amortização de (deságio) ágio em investimentos		-	(426)	9.418	10.928
Constituição de provisões para contingências		-	-	2.149	-
Receita diferida		-	-	18	(4)
Custo residual do ativo imobilizado baixado		-	-	4.075	2.597
Baixa de investimentos		20	-	-	-
		<u>(23.744)</u>	<u>(1.467)</u>	<u>394.455</u>	<u>229.545</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR)
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2007	2006	2007	2006
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		74.878	99.419	74.878	99.419
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		410	295	200.501	124.267
Amortização de ágio em investimentos		-	(426)	9.418	10.928
Baixa de investimentos		20	-	-	-
Baixa de ativos imobilizados		-	-	4.075	2.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	3.573	(16.951)
Despesas (receitas) de juros, líquidas		7.779	(4.583)	99.843	44.992
Reversão de receita diferida		-	-	18	(4)
Equivalência patrimonial	10.a	(94.491)	(96.446)	-	-
Constituição de provisões para contingências		-	-	2.149	-
Recebimento de juros sobre o capital próprio		11.025	-	-	-
Recebimento de dividendos		186.912	-	-	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber		1.083	(1.227)	(4.167)	1.262
Créditos diversos		-	11	-	(3.187)
Estoques		1	-	(265)	(248)
Despesas antecipadas		(55)	1	(132)	298
Impostos a recuperar		(1.010)	(1.201)	(4.280)	(131)
Outros		(3.771)	(307)	(3.626)	2.800
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		(291)	1.155	14.166	(17.402)
Obrigações sociais		1.168	234	2.468	706
Obrigações fiscais		561	(954)	1.279	(4.836)
Outros		39	(29)	1.613	(2.573)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		<u>184.258</u>	<u>(4.058)</u>	<u>401.511</u>	<u>241.937</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Acréscimos nos depósitos vinculados		-	-	(1.477)	(2.371)
Valor resgatado dos depósitos vinculados		-	-	8.350	7.707
Aquisição de empresa, líquida de caixa adquirido		-	-	-	(207.807)
Pagamentos do ativo imobilizado		(94)	(959)	(250.405)	(188.239)
Adições ao diferido		-	-	-	(149)
Acréscimos nos investimentos	10.a e c	(136.005)	(106.420)	-	-
Recebimento de mútuos de empresas ligadas		36.325	20.350	-	-
Empréstimos de mútuos para empresas ligadas		(21.500)	-	-	(97)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		<u>(121.274)</u>	<u>(87.029)</u>	<u>(243.532)</u>	<u>(390.956)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos:					
Captações		180.000	-	394.719	247.581
Pagamentos		(190.383)	-	(539.844)	(82.356)
Pagamento de credores pela concessão		-	-	(45.874)	(16.289)
Pagamentos de dividendos		(41.815)	-	(41.815)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(52.198)</u>	<u>-</u>	<u>(232.814)</u>	<u>148.936</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE DISPONIBILIDADES, LÍQUIDO		10.786	(91.087)	(74.835)	(83)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		9.018	100.105	139.274	139.357
DISPONIBILIDADES NO FIM DO EXERCÍCIO		<u>19.804</u>	<u>9.018</u>	<u>64.439</u>	<u>139.274</u>
DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DE INFORMAÇÕES SOBRE OS FLUXOS DE CAIXA					
Caixa pago no período:					
Juros pagos		10.506	123	62.733	27.789
Impostos sobre a renda		297	2.767	48.048	48.621
Aquisição de empresa:					
Ativo adquirido, inclusive ágio:		-	-	-	(351.277)
Passivo assumido		-	-	-	141.602
Preço de compra		-	-	-	(209.675)
Caixa adquirido		-	-	-	1.868
Preço de compra pago, líquido de caixa adquirido		-	-	-	(207.807)

* * * * *

OBRASCON HUARTE LAIN BRASIL S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Obrascon Huarte Lain Brasil S.A. (“Sociedade”) foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infra-estrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplanagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou através de consórcios, de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infra-estrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a, parcerias público-privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2007, de 100% da Autovias S.A. (“Autovias”), 100% da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”), 100% da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. - Intervias (“Intervias”) e 100% da Vianorte S.A. (“Vianorte”), concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo.

Adicionalmente, a Sociedade tem participação de 100% da Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (“Latina Manutenção”) e de 100% da Paulista Infra-Estrutura Ltda. (“Paulista”), ambas constituídas em 26 de janeiro de 2005, sociedades que prestam serviços para as concessionárias Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

A Sociedade tem ainda participação de 100% na SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A. (“SPR”), que tem por objeto social a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou cotista, bem como o exercício de quaisquer atividades relacionadas com seu objeto social, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. Em dezembro de 2006, através da SPR, a Sociedade adquiriu a participação de 100% da Vianorte.

Em 9 de outubro de 2007, a Sociedade, mediante leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo, venceu as licitações relativas às concessões de exploração de rodovias federais por um período de 25 anos. Em decorrência disso, em 19 de dezembro de 2007 foram constituídas as sociedades Autopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”), Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”), Autopista Fernão Dias S.A. (“Fernão Dias”), Autopista Régis Bittencourt (“Régis Bittencourt”) e Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”), nas quais a Sociedade tem participação de 100%.

OHL Participações

Incorporação

Em 3 de abril de 2007, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de março de 2007, do patrimônio líquido da controlada OHL Brasil Participações em Infraestrutura Ltda. (“OHL Participações”), com o objetivo de proceder à incorporação da controlada pela Sociedade. O valor do patrimônio líquido incorporado pela Sociedade é de R\$4.156, representado por capital circulante líquido.

Autovias

A Autovias tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10. A Autovias iniciou as operações em 1º de setembro de 1998 e assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant’anna

- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35.
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Eng. Thales de Lorena Peixoto Júnior

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337.
- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348.
- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Eng. Ronan Rocha

- Implantação da segunda pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36.
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35 do lado direito e entre o km 33 e o km 35 do lado esquerdo.

A Autovias, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviço adequado durante o período de concessão, deverá devolver o sistema rodoviário em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nas obras-de-arte especiais.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$107 milhões.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora OHL Participações, com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio líquido cindido absorvida pela controlada Autovias é de R\$13.514, registrada como aumento de capital na concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Autovias são as seguintes:

	<u>R\$</u>
Investimento na controlada	108.376
Saldo do ágio (proveniente da aquisição do investimento referido anteriormente)	192
Créditos incorporados	<u>13.322</u>
Parcela do acervo líquido cindido	121.890
Valor do investimento na controlada na data-base da cisão	(108.376)
Valor incorporado na Autovias	<u>13.514</u>

Adicionalmente, o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data-base da cisão, controlado na parte B do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR da antiga controladora (OHL Participações), no montante de R\$3.838, foi registrado no ativo da Autovias na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de realização com base na geração de lucros tributáveis futuros e é amortizado em 60 meses.

Centrovias

A Centrovias foi constituída em 27 de maio de 1998, iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Cordeirópolis a São Carlos e de Itirapina a Bauru.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passa a ser até 9 de junho de 2019.

A Centrovias assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros

- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 91,429 e o km 177,400.
- Implantação da segunda pista no trecho compreendido entre o km 183,850 e o km 235,040.

A Centrovias tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referentes a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$118 milhões.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Centrovias terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora (OHL Participações), com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio líquido cindido absorvida pela Centrovias é de R\$12.838, registrada como aumento de capital na concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Centrovias são as seguintes:

	<u>R\$</u>
Investimento na controlada	124.032
Saldo do ágio (proveniente da aquisição do investimento referido anteriormente)	9.474
Créditos incorporados	<u>3.364</u>
Parcela do acervo líquido cindido	136.870
Valor do investimento na controlada na data-base da cisão	(124.032)
Valor incorporado na Centrovias	<u>12.838</u>

Adicionalmente, o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data-base da cisão, controlado na parte B do LALUR da controladora (OHL Participações), no montante de R\$6.731, foi registrado no ativo da Centrovias na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de realização com base na geração de lucros tributáveis futuros e é amortizado em 60 meses.

Intervias

A Intervias foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos - Lote 06, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o DER/SP nº 19/CIC/98.

Através do Termo Aditivo e Modificativo nº 14, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Artesp o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do Contrato de Concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passa a ser até 17 de janeiro de 2028.

A Intervias assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Obras

Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi-Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi-Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191 - Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 e o km 44,9 (Mogi-Mirim - Araras), entre o km 45,6 e o km 46,9 (projeção Araras - Anhangüera) e entre o km 49,7 e o km 74,72 (Araras - Rio Claro).

Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhangüera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e a 3ª readequação do cronograma de obras de 8 de outubro de 2002, foi construído um trecho de 4,67 km de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhangüera até o km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi. Concluído em 17 de dezembro de 2005.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Intervias terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

A Intervias tem com o Poder Concedente o direito de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro original do contrato, segundo cláusulas contratuais específicas na legislação. Os compromissos decorrentes da concessão referentes a futuros investimentos, até o final da concessão, foram estimados quando da assinatura do Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$130 milhões.

Incorporação

Em 23 de junho de 2006, foi emitido laudo de avaliação a valores contábeis, na data-base 31 de maio de 2006, do patrimônio líquido da controladora (OHL Participações), com o objetivo de proceder à cisão parcial e em seguida incorporação das parcelas cindidas por suas controladas. A parcela do patrimônio líquido cindido absorvida pela Intervias é de R\$51.979, registrada como aumento de capital na concessionária.

As rubricas que compõem o patrimônio cindido e incorporado pela Intervias são as seguintes:

	<u>R\$</u>
Investimento na controlada	141.013
Saldo do ágio (proveniente da aquisição do investimento referido anteriormente)	50.010
Créditos incorporados	<u>1.969</u>
Parcela do acervo líquido cindido	192.992
Valor do investimento na controlada na data-base da cisão	<u>(141.013)</u>
Valor incorporado na Intervias	<u>51.979</u>

Adicionalmente, o crédito de imposto de renda e contribuição social relativo à parcela do ágio amortizado até a data-base da cisão, controlado na parte B do LALUR da controladora (OHL Participações), no montante de R\$9.492, foi registrado no ativo da Intervias na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, tendo como contrapartida crédito no resultado do exercício. Esse ativo foi reconhecido tendo em vista a expectativa de realização com base na geração de lucros tributáveis futuros e é amortizado em 60 meses.

Vianorte

A Vianorte foi constituída em 13 de fevereiro de 1998, iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 - Rodovia Anhangüera, SP 322 - Rodovia Attílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 - Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 - Rodovia dos Bandeirantes, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, e dos serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público. O prazo de concessão é de 240 meses (20 anos), contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente.

A Vianorte assumiu os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

Na SP 322 - Rodovia Attílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343,500 e o km 390,500 - Sertãozinho/Bebedouro.
- Duplicação do trecho entre o km 307,500 e o km 325,910 - Contorno Viário Sul.
- Construção de dispositivos de acessos/retornos.
- Construção de passarelas entre o km 334,860 e o km 337,790 - Sertãozinho.
- Construção de marginais entre o km 333,160 e o km 343,480.
- Ampliação de dispositivo na SP 325/322 no km 325,910 (entroncamento).
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345,100.

Na SP 328 - Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323,130 e o km 337,010.
- Construção de dispositivos nos kms 326,220/330,720/334,710 e 335,160 - PSU.

Na SP 330 - Rodovia Anhangüera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra.
- Construção da PSU sobre Orlândia no km 366,150.

- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319,650.

Na SP 325/322 - Rodovia dos Bandeirantes

- Construção de passarela no km 8,550.
- Construção de galeria de aço no km 6,400.
- Construção de dispositivo no km 8,300.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Vianorte terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$138 milhões.

Planalto Sul

A Planalto Sul foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba - Divisa SC/RS, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 2, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Planalto Sul assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia.
- 48,3 km de terceiras faixas.
- 10,2 km de vias laterais.
- Construção de 7 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 9 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Planalto Sul encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$410 milhões.

Fluminense

A Fluminense foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre Divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 4, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Fluminense assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação de rodovia.
- 3,8 km de vias laterais.
- 28,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 17 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 7 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Fluminense encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$591 milhões.

Fernão Dias

A Fernão Dias foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-381/MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte - São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 5, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Fernão Dias assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 88 km de terceiras faixas.
- 94,16 km de vias laterais.
- 10,3 km de variantes/contornos.
- Construção de 50 passarelas.

- Construção de 8 praças de pedágio.
- Construção de 12 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Fernão Dias encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$770 milhões.

Régis Bittencourt

A Régis Bittencourt foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo - Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 6, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Régis Bittencourt assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia.
- 104,9 km de terceiras faixas.
- 109,6 km de vias laterais.
- 23,6 km de variantes/contornos.
- Construção de 51 passarelas.
- Construção de 6 praças de pedágio.
- Construção de 9 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Régis Bittencourt encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$1.426 milhões.

Litoral Sul

A Litoral Sul foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, compreendendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR - BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba - Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao lote 7, em conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, e com o Contrato de Concessão.

A Litoral Sul assumirá os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- 30 km de terceiras faixas.
- 79,7 km de vias laterais.
- 94,7 km de variantes/contornos.
- Construção de 39 passarelas.
- Construção de 5 praças de pedágio.
- Construção de 8 serviços de atendimento ao usuário.
- Implantação e/ou reforma de postos de pesagem.
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

A Litoral Sul encontra-se em fase pré-operacional.

Em 31 de dezembro de 2007, os investimentos para atender aos compromissos futuros, nos próximos cinco anos, estão estimados em R\$960 milhões.

Latina Manutenção

A Latina Manutenção tem por objetivo a conservação, a manutenção e os reparos de rodovias e obras-de-arte em geral, incluindo serviços de limpeza, sinalização e construção civil de pequeno porte em geral, bem como gerenciamento, fiscalização e elaboração de estudos, plantas e projetos relativos aos serviços mencionados anteriormente.

Paulista

A Paulista tem por objetivo a construção de obras rodoviárias de grande porte, como a construção e duplicação de rodovias e vias marginais e a construção de pontes, viadutos, vias de acesso e edificações de grande porte, incluindo terraplanagem, pavimentação, sinalização, edificações, controle tecnológico, elaboração de estudos e plantas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Sociedade apresenta na nota explicativa nº 26 a natureza e os efeitos das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem os saldos da Sociedade e de suas controladas, nas quais possui participação direta ou indireta, de 100% do capital votante, demonstrada a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas, as despesas e os lucros não realizados.

	Participação - %			
	2007		2006	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Autovias	100	-	100	-
Centrovias	100	-	100	-
Intervias	100	-	100	-
Vianorte	-	100	-	100
SPR	100	-	100	-
Latina Manutenção	100	-	100	-
Paulista	100	-	100	-
Planalto Sul	100	-	-	-
Fluminense	100	-	-	-
Fernão Dias	100	-	-	-
Régis Bittencourt	100	-	-	-
Litoral Sul	100	-	-	-

b) Aplicações financeiras

Demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessária, com base em estimativas de perda. Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade e suas controladas não registraram provisão para devedores duvidosos.

d) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base no saldo de prejuízo fiscal, base de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou de construção, deduzido das depreciações e amortizações, estabelecidas segundo as taxas consideradas compatíveis com a vida útil-econômica dos bens, limitada, quando aplicável, ao prazo da concessão.

f) Intangível

No consolidado, corresponde aos ágios que foram cindidos da OHL Participações e incorporados nas concessionárias. Os saldos são amortizados em 60 meses.

g) Empréstimos e financiamentos

Contabilizados ao valor original, acrescido da atualização monetária e dos juros incorridos até as datas dos balanços.

h) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas contabilizadas ao valor original, acrescido da atualização monetária incorrida até as datas dos balanços.

Em 5 de dezembro de 2006, o controle acionário da Vianorte (100% das ações) passou a ser exercido pela SPR. Em conjunto com as demais sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico, a concessionária decidiu, em 31 de dezembro de 2006, adotar a mesma prática contábil do grupo no que tange ao compromisso financeiro assumido com o Poder Concedente, que passou a ser reconhecido nos passivos circulante e não circulante e no ativo não circulante na rubrica “Imobilizado”.

Os principais efeitos dessa mudança de prática contábil nas demonstrações financeiras consolidadas, por conta dos efeitos registrados na Vianorte em 31 de dezembro de 2006, são os seguintes:

<u>Descrição da conta contábil</u>	<u>Grupo contábil</u>	<u>Aumento (redução)</u>
Direito de outorga da concessão	Ativo não circulante - imobilizado	331.378
Diferido	Ativo não circulante - diferido	(5.750)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	Ativo não circulante - realizável a longo prazo	1.955
Credores pela concessão	Passivo circulante	29.260
Credores pela concessão	Passivo não circulante	302.118
Contrapartida dos efeitos da mudança de prática - exercícios anteriores	Patrimônio líquido	(4.135)
Contrapartida dos efeitos da mudança de prática - exercício findo em 31 de dezembro de 2006	Lucro líquido do exercício (alocado nas rubricas de origem)	340

i) Provisões para contingências

Registradas com base na opinião da Administração da Sociedade e de suas controladas e de seus advogados no montante das perdas prováveis em relação aos processos em aberto nas datas dos balanços.

j) Receitas de serviços

Reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização das rodovias pelos usuários.

k) Lucro por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes na Sociedade nas datas de encerramento dos exercícios.

l) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração que afetam os valores dos ativos e passivos e ativos e passivos contingentes apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como os valores das receitas e das despesas durante o período reportado. Para elaborar essas demonstrações financeiras, a Administração das Sociedades preparou várias estimativas e premissas, inclusive a seleção das vidas úteis do imobilizado, a provisão para contingências passivas, a adequação das provisões para imposto de renda, outras despesas provisionadas e o valor justo dos instrumentos financeiros. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

m) Informações por segmento

A Sociedade opera em um segmento de negócios: a operação de concessões de rodovias. As receitas são geradas através da coleta de pedágio.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Representadas por aplicações em fundos no mercado aberto e em certificados de depósito com taxas de rendimento com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representados por:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas acessórias a receber	-	364	-	424
Pedágio eletrônico a receber	-	27.881	-	25.224
Cupons de pedágio a receber	-	1.660	-	1.295
Arrecadação de cartão de crédito	-	287	-	407
Outros	<u>187</u>	<u>174</u>	<u>1.306</u>	<u>491</u>
Total	<u>187</u>	<u>30.366</u>	<u>1.306</u>	<u>27.841</u>

6. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representadas por:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Despesas antecipadas - circulante (a)	<u>61</u>	<u>3.714</u>	<u>6</u>	<u>3.458</u>
Despesas antecipadas - não circulante (b)	<u>=</u>	<u>195</u>	<u>=</u>	<u>319</u>

(a) Referem-se a contratos de seguros da Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte.

(b) Referem-se a custos com financiamentos da Autovias.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ativo circulante:		
Ágio amortizado em sociedade cindida (*)	4.012	4.012
Diferenças temporárias	<u>1.648</u>	<u>-</u>
Total	<u>5.660</u>	<u>4.012</u>
Ativo não circulante:		
Ágio amortizado em sociedade cindida (*)	10.031	14.813
Diferenças temporárias	<u>2.151</u>	<u>2.591</u>
Total	<u>12.182</u>	<u>17.404</u>

(*) Calculados com base na alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) sobre o valor do ágio previamente amortizado em sociedade cindida em consonância com a legislação fiscal vigente. O reconhecimento desse ativo está baseado na expectativa de sua realização com lucros tributáveis a serem gerados pelas concessionárias nos próximos exercícios.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representados por:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de renda e contribuição social	5.825	8.687	2.861	3.587
IRRF sobre aplicação financeira	354	360	58	681
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	1.237	1.237	42	42
IRRF sobre mútuo	242	242	1.644	1.666
PIS e COFINS a recuperar	-	173	34	169
IRRF a recuperar	-	185	-	96
Outros	-	6	-	8
Total	<u>7.658</u>	<u>10.890</u>	<u>4.639</u>	<u>6.249</u>
Circulante	1.117	2.600	4.639	6.249
Não circulante	6.541	8.290	-	-

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estão representadas por:

	Não circulante	
	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Aplicações financeiras (*)	<u>16.807</u>	<u>21.368</u>

(*) Representadas por depósitos em conta de reserva a título de garantia de pagamento do financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Project Finance"). Esses saldos estão aplicados nos bancos Itaú BBA S.A., Unibanco S.A. e Santander S.A.

Adicionalmente, por determinação das condições contratuais, as concessionárias caucionam, quando necessário, valores suficientes, porém limitados mensalmente a 5% da receita bruta, para manter em conta restrita o equivalente ao dobro do valor do último pagamento de juros e amortização.

10. INVESTIMENTOS

Os saldos dos investimentos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam assim representados:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	1.034	1.034	1.034
OHL Participações	-	-	4.090	-
Latina Manutenção	1.563	-	2.267	-
Paulista	(4.527)	-	9.406	-
Autovias	137.885	-	170.190	-
Centrovias	198.531	-	165.076	-
Intervias	140.674	-	196.351	-
Planalto Sul	1	-	-	-
Fluminense	1	-	-	-
Fernão Dias	1	-	-	-
Régis Bittencourt	1	-	-	-
Litoral Sul	1	-	-	-
SPR	224.604	-	101.270	-
Ajuste de redução dos investimentos pela eliminação de resultados não realizados entre controladas	(39.862)	-	(43.461)	-
Ágio na aquisição de investimentos adquiridos pela SPR	-	94.182	-	94.182
Outros investimentos	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>19</u>
	659.926	95.235	606.242	95.235
Amortização acumulada do ágio, líquido	-	(10.203)	-	(785)
Total	<u>659.926</u>	<u>85.032</u>	<u>606.242</u>	<u>94.450</u>

O ajuste de redução dos investimentos pela eliminação de resultados não realizados representa lucros registrados pelas sociedades incorporadas OHL Participações e pela Latina Infraestrutura S.A. (“Latina”) com o Consórcio Construtor Paulista (“CCP”) em anos anteriores. Esse montante é realizado de forma linear mensalmente.

a) As participações permanentes em 31 de dezembro de 2007 são representadas por:

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>	<u>Participação no capital social - %</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>
OHL Participações (i)	-	-	-	2.507
Autovias (ii)	137.885	27.085	100	28.369
Latina Manutenção (iii)	2.219	108	100	(704)
Paulista (iv)	5.126	(36)	100	1.409
SPR (v)	224.604	(12.666)	100	(12.666)
Centrovias	198.531	33.455	100	33.455
Intervias	142.195	42.121	100	42.121
Planalto Sul	1	-	100	-
Fluminense	1	-	100	-
Fernão Dias	1	-	100	-
Régis Bittencourt	1	-	100	-
Litoral Sul	1	-	100	-
Total				<u>94.491</u>

(i) O resultado de equivalência patrimonial na OHL Participações corresponde a R\$84, acrescido de parcela de realização dos lucros não realizados com o CCP de R\$2.423. Conforme nota explicativa nº 1, em 3 de abril de 2007 a OHL Participações foi incorporada pela Sociedade.

(ii) O resultado de equivalência patrimonial na Autovias inclui a parcela de realização dos lucros não realizados com o CCP de R\$1.284 no exercício.

(iii) O resultado de equivalência patrimonial na Latina Manutenção inclui a parcela de ajuste e de reversão dos lucros não realizados com as concessionárias de R\$812 no exercício.

(iv) O resultado de equivalência patrimonial na Paulista inclui a parcela de realização de lucros não realizados por operações efetuadas com as concessionárias de R\$1.445 no exercício.

(v) Em 4 de abril de 2007 a Sociedade integralizou capital de R\$136.000 na SPR, para liquidação das notas promissórias emitidas pela SPR.

b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Paulista distribuiu lucros de R\$15.447. O investimento está negativo, considerando a eliminação de lucros não realizados desde janeiro de 2005 por operações com as quatro concessionárias, e não pela existência de passivos em excesso aos ativos.

c) No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a Autovias e a Intervias distribuíram lucros de R\$54.709 e R\$92.488, respectivamente, e juros sobre o capital próprio de R\$4.682 e R\$5.310, respectivamente.

- d) O valor futuro dos créditos tributários por lucros não realizados entre sociedades investidas é de aproximadamente R\$25.846 em 31 de dezembro de 2007 (R\$28.080 em 31 de dezembro de 2006) e está contabilizado dentro do ajuste de redução do imobilizado pela eliminação dos resultados não realizados (vide nota explicativa nº 11).
- e) Em 19 de dezembro de 2007, foram constituídas as empresas Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt e Litoral Sul com integralização de capital de R\$1 em cada uma.

11. IMOBILIZADO

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os saldos estavam representados por:

	Taxa anual média ponderada depreciação - %	Controladora			
		2007		2006	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em rodovia	4	2.732	(397)	2.335	2.445
Benfeitorias em bens de terceiros	33,33	535	(284)	251	424
Móveis e utensílios	10	508	(199)	309	328
Outras imobilizações	14,60	<u>592</u>	<u>(241)</u>	<u>351</u>	<u>365</u>
Total		<u>4.367</u>	<u>(1.121)</u>	<u>3.246</u>	<u>3.562</u>

	Taxa anual média ponderada depreciação - %	Consolidado			
		2007		2006	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Direito de outorga da concessão	8,15	480.318	(109.735)	370.583	408.703
Imobilizado em rodovia - obras e serviços	8,07	1.209.065	(323.425)	885.640	748.240
Pavimentos e recapeamentos	19,43	550.457	(317.441)	233.016	188.617
Equipamento mobiliário	13,62	29.244	(13.097)	16.147	13.803
Móveis, utensílios e instalações	15,86	50.000	(29.388)	20.612	20.432
Desapropriações	6,26	28.638	(5.814)	22.824	21.047
Indenizações	6,71	1.243	(315)	928	1.013
Software	20,00	5.408	(3.380)	2.028	2.022
Conjunto de defesas	15,75	39.866	(24.148)	15.718	11.287
Benfeitorias em bens de terceiros	33,33	535	(284)	251	424
Outras imobilizações	23,84	10.998	(6.153)	4.845	3.942
Imobilizado em andamento	-	39.750	-	39.750	152.923
Ajuste de redução do imobilizado pela eliminação de resultados não realizados, líquidos dos efeitos tributários (nota explicativa nº 10.d))	-	<u>(50.171)</u>	<u>-</u>	<u>(50.171)</u>	<u>(54.513)</u>
Total		<u>2.395.351</u>	<u>(833.180)</u>	<u>1.562.171</u>	<u>1.517.940</u>

As adições no ativo imobilizado ocorridas após a contratação da concessão, cuja vida útil estimada seja superior ao período da concessão, são depreciadas com base no período restante do Contrato de Concessão.

12. INTANGÍVEL

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, os saldos estavam representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Ágio incorporado pelas sociedades, líquido de amortização (nota explicativa nº 1):		
Autovias	134	172
Centrovias	6.632	8.527
Intervias	<u>35.007</u>	<u>45.009</u>
Total	<u>41.773</u>	<u>53.708</u>

13. GARANTIAS E SEGUROS

A Autovias, a Centrovias, a Intervias e a Vianorte, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais, de conservação ordinária da malha rodoviária e do pagamento da parcela fixa do ônus da concessão. Adicionalmente, as concessionárias mantêm coberturas de seguros necessárias e suficientes para garantir uma efetiva e completa cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as suas atividades, inclusive seguros do tipo “todos os riscos” para os danos materiais, cobrindo perda, destruição ou dano de todos os bens que integram a concessão, de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza, nas seguintes modalidades: riscos de construção, projetista, maquinário e equipamentos de obra, danos patrimoniais, avaria de máquinas e perda de receitas.

Em 31 de dezembro de 2007, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	<u>Limites de indenização</u>			
		<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>
Todos os riscos	Riscos de engenharia	10.231	8.000	23.149	3.000
	Riscos patrimoniais	18.000	10.000	7.556	7.490
	Perda de receita	38.517	23.296	49.567	25.966
	Responsabilidade civil	16.000	17.440	17.957	19.726
Garantia	Garantia de cumprimento das funções de ampliação	19.309	37.411	40.967	19.580
	Garantia de cumprimento das funções operacionais de conservação e de pagamento mensal (ônus variável)	39.031	37.082	48.793	39.417
	Garantia de pagamento mensal (ônus fixo)	8.194	11.559	8.706	49.616

14. CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, estavam representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Retenção de 5% referentes a prestadores de serviços (*)	<u>5.671</u>	<u>5.149</u>

(*) Refere-se a 5% do valor das notas fiscais relativas à prestação de serviços por empreiteiras, que será pago após o término e a aprovação da obra pela Administração da Sociedade.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estavam representados por:

Instituições credoras	Encargos	Vencimento final	2007		2006	
			Consolidado		Consolidado	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Autovias:						
BNDES - "Project Finance" (a)	TJLP + 5% a.a.	Novembro de 2010	10.697	20.262	10.725	30.721
BNDES (b)	TJLP + 5% a.a.	Abril de 2011	1.293	2.976	1.297	4.237
BNDES (c)	TJLP + 3,95% a.a.	Maio de 2012	1.100	5.958	-	-
Caixa Econômica Federal (a)	TJLP + 6% a.a.	Novembro de 2010	10.708	20.261	10.741	30.720
Banco Itaú BBA (c)	CDI + 2,3% a.a.	Junho de 2009	1.613	2.600	3.030	4.200
Banco Fibra (c)	101,8% do CDI	Junho de 2008	22.420	-	20.033	-
Banco Votorantim (BNDES) (c)	TJLP + 3,3% a.a.	Setembro de 2012	175	2.492	-	-
Banco Itaú BBA (BNDES) (c)	TJLP + 3,45% a.a.	Junho de 2012	59	1.247	-	-
Banco Unibanco (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Itaú BBA (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Bradesco (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Citibank (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	462	15.500	-	-
Banco Votorantim (c)	CDI + 0,083% a.m.	Novembro de 2010	239	8.000	-	-
Centrovias:						
BNDES - "Automático Itaú" (d)	TJLP + 3,95% a.a.	Junho de 2012	662	4.181	-	-
BNDES - "Automático Unibanco" (d)	TJLP + 3,30% a.a.	Outubro de 2012	40	1.320	-	-
BNDES - "Project Finance" (d)	TJLP + 5% a.a.	Agosto de 2010	21.843	36.014	18.332	48.067
Intervias:						
BNDES (e)	TJLP + UMBNDES + 5% a.a.	Julho de 2011	16.852	40.366	16.839	56.613
Banco Unibanco (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Itaú BBA (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Bradesco (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Citibank (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	731	24.500	-	-
Banco Votorantim (f)	CDI + 1% a.a.	Novembro de 2010	356	12.000	-	-
"Leasing" - parcela do mês	CDI + 2% a.a.	Julho de 2010	83	-	78	-
Vianorte:						
BNDES (g)	TJLP + 4,5% a 7,5% a.a.	Agosto de 2013	17.222	73.484	13.972	85.181
Banco Safra - Finame (g)	TJLP + 4,9% a.a.	Março de 2008	229	-	926	216
Banco ABC - Finame (g)	TJLP + 6,3% a.a.	Julho de 2010	485	759	200	1.043
Banco ABC - conta garantida (g)	CDI + 0,35% a.m.	Fevereiro de 2007	3.369	-	3.614	-
Banco Fibra - "comprar" (g)	CDI + 0,37% a.m.	Outubro de 2008	425	-	347	376
Banco Unibanco - "Prosoft"	TJLP + 2,18% a.a.	Abril de 2010	364	622	-	-
Banco Unibanco - Finame	TJLP + 3,48% a.a.	Abril de 2012	233	1.042	-	-
Banespa - "leasing" (g)	1,52% a 1,87% a.m.	Abril de 2009	492	123	847	615
Banco Itaú - "leasing" (g)	1,53% a 1,66% a.m.	Junho de 2008	128	-	416	128
Banco Bradesco - "leasing" (g)	1,66% a.m.	Janeiro de 2008	28	-	170	28
Banco Dibens - "leasing" (g)	CDI + 1,824% a.a.	Fevereiro de 2010	155	280	-	-
Latina-						
Banco Itaú BBA (h)	11,5% a.a.	Julho de 2011	139	344	135	496
SPR:						
Banco Unibanco (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	102.472	-
Banco Bradesco (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	40.988	-
Banco Citibank (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	40.988	-
Banco Itaú BBA (i)	102,75% do CDI	Abril de 2007	-	-	40.988	-
Total			<u>116.181</u>	<u>394.331</u>	<u>327.138</u>	<u>262.641</u>

Autovias

- (a) Referem-se a financiamentos de longo prazo, com vencimento em novembro de 2010, que estão sendo aplicados em investimentos previstos em contrato com o Poder Concedente, contratados com o BNDES e a Caixa Econômica Federal. Em 31 de dezembro de 2007, 100% do valor desse financiamento está liberado. Sobre o valor do principal incidem juros que são calculados de acordo com a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescidos de 5% a 6% ao ano. Em garantia do financiamento foram dadas uma parcela do produto de cobrança do pedágio e, ainda, caução de ações emitidas pela Sociedade, limitadas à proporção da participação de cada acionista.
- (b) Refere-se a financiamento de longo prazo, com vencimento em abril de 2011, para implementação de um sistema integrado de monitoramento e controle da operação do sistema rodoviário. Em 31 de dezembro de 2007, 100% do valor desse financiamento está liberado. Sobre o valor do principal incidem juros que são calculados de acordo com a variação da TJLP, acrescidos de 5% ao ano. As garantias em 31 de dezembro de 2007 estão representadas por notas promissórias, no valor total de R\$7.897.
- (c) Financiamentos de capital de giro com vencimentos entre 2008 e 2012. Sobre essas operações incidem juros calculados entre 101,8% do CDI, CDI mais 2,3%, TJLP mais 3,3% e 3,45% e CDI mais 0,083% ao mês, a partir da contratação. Em 31 de dezembro de 2007, as garantias estão representadas por notas promissórias, no valor total de R\$32.174, e aval dos acionistas.

Autovias

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere R\$3.000 reajustados pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, sem autorização expressa do BNDES e da Caixa Econômica Federal.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Não distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio até a completa realização do projeto financiado.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente.
- Manter o seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquia aceitável pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Sociedade, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.

- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, e não alienar, caucionar, gravar nem onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES e da Caixa Econômica Federal.
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos.
- Manter caucionada em favor do BNDES e da Caixa Econômica Federal, durante a vigência deste contrato, a totalidade das ações ordinárias.

Centrovias

- (d) Vinculados à obtenção dos financiamentos obtidos do BNDES, a Centrovias e seus acionistas também assumiram, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro-econômico constantes no contrato:

Centrovias

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere R\$3.000 reajustados pelo IGP-M, sem autorização expressa do BNDES.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Não distribuir dividendos até a completa realização do projeto financiado.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente.
- Converter em debêntures simples, caso exigido pelo BNDES, após a conclusão do projeto, parte ou a totalidade do saldo devedor do contrato.
- Manter seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação, e franquia aceitável pelo BNDES.
- Manter valor caucionado referente a três vezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida.
- Apresentar fiança bancária, garantido o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida.

- As despesas com a operação e manutenção do lote 8 (Washington Luís entre Cordeirópolis e São Carlos e SP 225 entre Itirapina e Bauru), operado pela Centrovias, ficam limitadas a R\$2.062 mensais. Esse valor é reajustado por ocasião das alterações nas tarifas de pedágio, e em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 correspondia a R\$5.227 e R\$4.851 mensais, respectivamente.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Centrovias, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.
- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos.
- Manter caucionada em favor do BNDES, durante a vigência desse contrato, a totalidade das ações ordinárias.

Intervias

- (e) Vinculados à obtenção dos financiamentos obtidos do BNDES, a Intervias e seus acionistas também assumiram, entre outros, os seguintes compromissos de caráter financeiro-econômico constantes no contrato:

Intervias

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere R\$3.000 reajustados pelo IGP-M, sem autorização expressa do BNDES.
- Depositar toda a receita de pedágio em uma única conta bancária, determinada no contrato. O BNDES poderá cobrar as parcelas diretamente nessa conta.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30%, desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente.
- Manter em uma conta reserva parte dos recursos arrecadados, dentro de limites fixados pelo contrato, que são de uma a três vezes o valor das prestações, incluindo principal e juros.

- As despesas com a operação e manutenção do lote 6 (Rodovia Anhangüera, trecho de Cordeirópolis a Santa Rita do Passa Quatro), operado pela Intervias, ficam limitadas a R\$2.700 mensais. Esse valor é reajustado por ocasião das alterações nas tarifas de pedágio, e em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 correspondiam a R\$5.218 e R\$4.997 mensais, respectivamente.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Intervias, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.
 - Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
 - Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações, sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
 - Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembléia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos.
 - Manter caucionada em favor do BNDES, durante a vigência desse contrato, a totalidade das ações ordinárias.
- (f) Cédula de crédito bancário firmado pela Intervias com bancos privados em 27 de setembro de 2007 para financiamento de capital de giro, pagamento de juros sobre o capital próprio e dívidas subordinadas com sua controladora.

Vianorte

- (g) Os financiamentos estão garantidos por penhor dos bens adquiridos, reserva de meios de pagamentos (parcela do produto de cobrança de tarifas de pedágio) e aplicações financeiras vinculadas apresentadas no realizável a longo prazo.

Adicionalmente, as garantias prestadas aos financiamentos para ampliação e conservação especial de rodovias são:

Vianorte

- Não obter novos empréstimos de curto prazo, inclusive renovações cujo valor acumulado supere a R\$3.000, com data-base 10 de novembro de 2000, reajustados pelo IGP-M, sem autorização expressa do BNDES.
- Não alienar nem onerar bens operacionais a terceiros, com exceção de veículos de pequeno porte.
- Não distribuir dividendos e/ou juros sobre o capital próprio durante o período de carência do financiamento até a completa realização do projeto financiado.

- Manter um “índice de cobertura do serviço da dívida” no mínimo de 1,20, o qual é calculado pela divisão do lucro apurado antes das despesas financeiras, das despesas com imposto de renda e contribuição social e das despesas com amortização e depreciação, pelo somatório das amortizações de juros e parcelas de financiamentos no exercício.
- Manter uma relação mínima entre o patrimônio líquido e o passivo total de 30% desconsiderando-se os efeitos negativos decorrentes da contabilização da outorga devida ao Poder Concedente e considerando no passivo total as obrigações relativas aos arrendamentos mercantis.
- Manter seguro destinado à garantia das parcelas do produto da cobrança do pedágio com cobertura mínima equivalente a 90 dias de arrecadação e franquias aceitáveis pelo BNDES.

Dos acionistas

- Manter, até a completa realização do projeto financiado, o capital social subscrito e integralizado da Vianorte, em valor correspondente a pelo menos 20% do total dos investimentos realizados no projeto financiado.
- Suprir, até a completa realização do projeto financiado, mediante aumentos de capital, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.
- Manter, durante a vigência do contrato, suas atuais participações no capital social, bem como não alienar, caucionar, gravar ou onerar as respectivas ações sem a prévia e expressa anuência do BNDES.
- Votar, até a completa realização do projeto financiado, em Assembleia Geral de Acionistas, contrariamente à distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio até a completa realização do projeto financiado.
- Manter caucionada em favor do BNDES, durante a vigência desse contrato, a totalidade das ações ordinárias.

Latina

- (h) Financiamento para aquisição de máquina autopropelida e equipamento de demarcação.

SPR

- (i) Financiamentos de capital de giro para liquidação da primeira emissão de notas promissórias comerciais para oferta pública, conforme dispositivos da Instrução CVM nº 429, de 22 de março de 2006, no montante de R\$180.000.

As notas promissórias tiveram remuneração de 102,75% do CDI a partir da data de emissão, 4 de abril de 2007. O pagamento ocorreu em 29 de setembro de 2007 por R\$190.383.

Em 31 de dezembro de 2007, as parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentavam os seguintes vencimentos:

	<u>Consolidado</u>
2009	92.811
2010	259.491
2011	22.788
2012	12.936
2013	<u>6.305</u>
Total	<u>394.331</u>

A Administração entende que a Sociedade e suas controladas cumpriram as cláusulas restritivas contidas nos contratos de financiamento.

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, estavam representadas por:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de renda	-	7.204	-	6.460
Contribuição social	111	2.892	-	2.535
IRRF	73	1.450	45	2.206
PIS	71	466	-	279
COFINS	329	2.147	-	1.296
Outros tributos federais	33	504	3	824
Outros tributos municipais	<u>-</u>	<u>3.202</u>	<u>-</u>	<u>2.986</u>
Total	<u>617</u>	<u>17.865</u>	<u>48</u>	<u>16.586</u>

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, as transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

	2007		2006	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Contas a receber - circulante:				
OHL Concesiones S.L.	87	87	87	87
Autovias	1.850	-	4.370	-
Centrovias	7	-	-	-
Intervias	11	-	-	-
Vianorte	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.962</u>	<u>87</u>	<u>4.457</u>	<u>87</u>
Dividendos a receber:				
Autovias	6.433	-	9.416	-
Intervias	<u>8.676</u>	<u>-</u>	<u>29.958</u>	<u>-</u>
Total	<u>15.109</u>	<u>-</u>	<u>39.374</u>	<u>-</u>
Contas a receber - não circulante:				
Autovias - mútuo (a)	-	-	23.706	-
Intervias - mútuo (b)	-	-	10.638	-
Centrovias - mútuo (c)	<u>22.135</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>22.135</u>	<u>-</u>	<u>34.344</u>	<u>-</u>
Contas a pagar - circulante:				
OHL Concesiones S.L.	101	101	68	68
Hur S.A.	258	258	312	312
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	<u>465</u>	<u>465</u>	<u>500</u>	<u>500</u>
Total	<u>824</u>	<u>824</u>	<u>880</u>	<u>880</u>
Contas a pagar - não circulante-				
OHL Participações (d)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.453</u>	<u>-</u>

(a) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI com vencimento a partir de janeiro de 2009.

(b) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI cujo vencimento ocorreu em setembro de 2007.

(c) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI com vencimento a partir de junho de 2010.

(d) Contratos de mútuo com taxa de juros de 100% do CDI com vencimento a partir de março de 2007.

	Receitas financeiras, líquidas	
	Controladora	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Autovias	2.088	3.143
Intervias	290	2.429
Latina	-	230
Centrovias	768	-
Obrascon Huarte Lain S.A. (Espanha)	72	87
Hur S.A.	<u>60</u>	<u>77</u>
Total	<u>3.278</u>	<u>5.966</u>

18. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se ao saldo do ônus das concessões obtidas pela Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, o qual é composto pelos valores devidos ao DER/SP pela outorga da concessão.

Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira em setembro de 1998 pela Autovias, junho de 1998 pela Centrovias, fevereiro de 2000 pela Intervias e março de 1998 pela Vianorte. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado à tarifa de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>		<u>Direito de outorga</u>		<u>Valor presente (*)</u>	
		<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Autovias	Direito de outorga	5.114	4.820	4.979	4.694
	Parcela variável (a)	458	371	-	-
Centrovias	Direito de outorga	7.652	7.199	7.447	7.024
	Parcela variável (a)	422	392	-	-
Intervias	Direito de outorga	4.762	4.488	4.636	4.371
	Parcela variável (b)	570	536	-	-
Vianorte	Direito de outorga	31.044	29.260	30.226	28.494
	Parcela variável (a)	<u>415</u>	<u>382</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>50.437</u>	<u>47.448</u>	<u>47.288</u>	<u>44.583</u>

(*) Para o cálculo do ajuste a valor presente foi considerada uma taxa de juros de 5% ao ano.

- (a) Valor variável, correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.
- (b) Valor variável, correspondente a 3% da receita de pedágio e 25% das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

<u>Não circulante</u>		Provisão		Valor presente (*)	
		<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Autovias	Direito de outorga	50.988	52.214	38.637	38.690
Centrovias	Direito de outorga	74.316	76.300	56.631	56.857
Intervias	Direito de outorga	54.432	55.077	39.961	39.551
Vianorte	Direito de outorga	<u>293.491</u>	<u>302.118</u>	<u>224.915</u>	<u>226.378</u>
Total		<u>473.227</u>	<u>485.709</u>	<u>360.144</u>	<u>361.476</u>

(*) Para o cálculo do ajuste a valor presente foi considerada uma taxa de juros de 5% ao ano.

A quantidade de parcelas a serem pagas em 31 de dezembro de 2007 estava assim representada:

	Parcelas		Total a pagar
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
Autovias	12	116	128
Centrovias	12	113	125
Intervias	12	133	145
Vianorte	12	110	122

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, o valor pago ao Poder Concedente pelas concessionárias estava assim representado:

	Outorga		Valor pago
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	4.849	4.846	9.695
Centrovias	7.256	4.578	11.834
Intervias	4.515	6.674	11.189
Vianorte	<u>29.437</u>	<u>4.654</u>	<u>34.091</u>
Total	<u>46.057</u>	<u>20.752</u>	<u>66.809</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 é representado por 68.888.888 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Quantidade de ações subscritas	Participação - %
Participes em Brasil S.L.	35.861.593	52,06
Obrascon Huarte Lain S.A.	5.471.733	7,94
Kendall Develops S.L.	3.444.445	5,00
Outros	<u>24.111.117</u>	<u>35,00</u>
Total	<u>68.888.888</u>	<u>100,00</u>

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (controladora)

Foi constituída a reserva legal de R\$3.744, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.

O cálculo dos dividendos estatutários, correspondentes aos exercícios de 2007 e de 2006, é demonstrado a seguir:

	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido do exercício	74.878	99.419
Reserva legal de 5%	<u>(3.744)</u>	<u>(4.971)</u>
Base de cálculo	71.134	94.448
Dividendos estatutários obrigatórios	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Total	<u>17.785</u>	<u>23.612</u>

As controladas Autovias e Intervias concluíram em 2005 os projetos que estavam sujeitos às cláusulas de restrição para distribuição de dividendos impostas pelas instituições financeiras que disponibilizaram os recursos. Dessa forma, a partir do exercício de 2006, as referidas controladas não apresentam restrições para distribuição de dividendos. Assim sendo, a Administração da Sociedade decidiu efetuar a distribuição dos dividendos mínimos legais de 25% sobre os lucros do exercício de 2007, no montante de R\$17.785. O pagamento dos referidos dividendos depende da aprovação em Assembléia Geral Ordinária.

Em 31 de dezembro de 2006, a Sociedade decidiu distribuir dividendos mínimos legais de 25% sobre os lucros dos exercícios de 2006 e de 2005, no montante de R\$41.848.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados e consultores legais, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam ocorrer relativas às referidas ações judiciais e estima que a decisão final não afetará significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira consolidada e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo de provisões durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 é conforme segue:

	<u>2006</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>2007</u>
Cíveis	2.313	1.635	(299)	(339)	(2)	3.308
Trabalhistas	2.299	388	(447)	(29)	(4)	2.207
Fiscais	<u>-</u>	<u>657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>657</u>
	4.612	2.680	(746)	(368)	(6)	6.172
Depósito judicial	<u>(766)</u>	<u>(124)</u>	<u>(3)</u>	<u>6</u>	<u>710</u>	<u>(177)</u>
Total	<u>3.846</u>	<u>2.556</u>	<u>(749)</u>	<u>(362)</u>	<u>704</u>	<u>5.995</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade e suas controladas não possuíam nenhum empréstimo ou financiamento em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, através de suas controladas, está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações da TJLP, relativos a empréstimos em reais. As taxas de juros nas aplicações financeiras são na sua maioria vinculadas à variação do CDI e da taxa Selic.

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos, aplicações financeiras, cauções contratuais e contas a receber.

A Sociedade e suas controladas mantêm contas correntes bancárias, aplicações financeiras e conta de reserva com instituições financeiras aprovadas pela Administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a Sociedade, através de suas controladas, possuía valores a receber da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. de R\$27.881 e R\$25.401, respectivamente, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio - “Sem Parar”, registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui uma carta de fiança firmada por um banco primário para garantir a arrecadação do contas a receber mencionado anteriormente.

d) Valor de mercado de instrumentos financeiros - consolidado

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estão demonstrados a seguir:

	2007		2006	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor de mercado</u>
Caixa e bancos	13.839	13.839	11.729	11.729
Aplicações financeiras	50.600	50.600	127.545	127.545
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) incluindo a provisão de juros	510.512	510.512	589.779	589.779
Credores pela concessão (circulante e não circulante)	523.664	407.432	533.157	406.059

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 não refletem mudanças subseqüentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e bancos, aplicações financeiras e conta reserva - os valores contábeis informados nos balanços patrimoniais aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos - os valores contábeis informados nos balanços patrimoniais aproximam-se do valor de mercado.
- Credores pela concessão - os valores são calculados pelo fluxo de caixa a valor presente, descontado a uma taxa de juros de 5%, que se aproxima das transações de mercado de longo prazo atualizadas pelo IGP-M.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, não havia transações com derivativos.

22. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação entre a taxa efetiva e a taxa estatutária nas demonstrações do resultado em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

a) Correntes

	Controladora		Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	75.292	100.578	122.615	125.825
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(25.599)	(34.197)	(41.689)	(42.781)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	32.126	32.792	-	-
Amortização do ágio	-	-	(1.760)	-
Juros sobre o capital próprio	(3.397)	-	-	-
Outros	80	391	1.548	(4.558)
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias	<u>(3.624)</u>	<u>(145)</u>	<u>(2.262)</u>	<u>3.982</u>
Despesa contabilizada	<u>(414)</u>	<u>(1.159)</u>	<u>(44.163)</u>	<u>(43.357)</u>

b) Diferidos

	Consolidado	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Constituição (realização) de impostos diferidos sobre ágios amortizados incorporados por controladas	(4.782)	16.951
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	<u>1.208</u>	<u>-</u>
Despesa contabilizada	<u>(3.574)</u>	<u>16.951</u>

23. OPERAÇÕES DE “SALE LEASEBACK”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2005 a Intervias, através de operações de “sale leaseback”, firmou contrato de arrendamento mercantil de Sistemas de Monitoramento de Estradas com o Banco Itaú S.A. Esses sistemas foram vendidos a valores de mercado, não havendo lucro decorrente dessa transação.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, a posição relativa ao contrato de arrendamento por “sale leaseback” está representada conforme a seguir:

	<u>2007</u>		<u>2006</u>
	<u>Valor do contrato</u>	<u>Saldo devedor</u>	<u>Saldo devedor</u>
Contrato nº 566.950	<u>9.300</u>	<u>6.829</u>	<u>8.548</u>

O prazo é de 60 meses, com prestações mensais, a partir de 8 de julho de 2005 até 8 de junho de 2010. Sobre o contrato incidem encargos com base no CDI - Over-Cetip.

24. EVENTOS SUBSEQÜENTES

- Em 29 de janeiro de 2008, as controladas Autovias e Intervias distribuíram, respectivamente, R\$4.838 e R\$23.500 de dividendos à Sociedade. Esses recursos foram utilizados para integralizar o capital social nas controladas Planalto Sul e Fluminense.
- A Sociedade celebrou contratos de empréstimos em 6 de fevereiro de 2008 com os bancos Espírito Santo S.A. e Deutsche Bank S.A., mediante a emissão de Cédula de Crédito Bancário - CCB, no valor total de R\$120.000, com a finalidade de integralizar o capital social nas controladas Fernão Dias, Litoral Sul e Régis Bittencourt.
- A Sociedade e o Governo Federal assinaram, em 14 de fevereiro de 2008, Contratos de Concessão por 25 anos para a gestão e operacionalização de 2.078,80 km de cinco rodovias federais do país, conforme descrito a seguir:

<u>Lote</u>	<u>Rodovia</u>	<u>Trecho</u>	<u>Extensão</u>
2	BR-116/PR/SC	Curitiba - Divisa SC/RS	412,70 km
4	BR-101/RJ	Divisa Rio de Janeiro/Espírito Santo - Ponte Presidente Costa e Silva	320,10 km
5	BR-381/MG/SP	Belo Horizonte - São Paulo	562,10 km
6	BR-116/SP/PR	São Paulo - Curitiba	401,60 km
7	BR-116/376/PR e 101/SC	Curitiba - Florianópolis	382,30 km

25. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE JANEIRO DE 2008

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Em razão de essas alterações terem sido recentemente promulgadas e algumas ainda dependerem de regulamentação por parte dos órgãos reguladores para serem aplicadas, a Administração da Sociedade ainda não avaliou todos os efeitos que referidas alterações poderiam resultar em suas demonstrações financeiras e nos resultados dos exercícios seguintes.

26. RESUMO DAS DIFERENÇAS ENTRE PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL E PRINCÍPIOS CONTÁBEIS GERALMENTE ACEITOS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (“U.S. GAAP”)

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais diferem em certos aspectos significativos dos U.S. GAAP. A seguir está apresentada a reconciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os U.S. GAAP em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 e para os exercícios findos nessas datas:

I - Conciliação das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os U.S. GAAP

	Item	Consolidado	
		2007	2006
Lucro líquido do exercício conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil		74.878	99.419
Critérios diferentes para:			
Juros capitalizados	III.a	8.580	9.670
Depreciação dos juros capitalizados	III.a	(4.035)	(3.513)
Ajuste do passivo de credores pela concessão	III.b	(11.051)	(6.928)
Aquisições de empresas:			
Reversão da amortização do ágio registrado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil	III.c	21.355	16.771
Depreciação dos ajustes de valor justo do imobilizado	III.c	(16.976)	(2.450)
Amortização dos ajustes de valor justo dos direitos de concessão	III.c	116	(5.279)
Reversão do benefício fiscal decorrente de ágio amortizado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil como redução dos direitos de concessão	III.e.(ii)	(12.227)	(6.114)
Arrendamento mercantil:			
Despesa de depreciação	III.d	(1.860)	(1.860)
Despesa financeira sobre o passivo de arrendamento mercantil	IV.e	(79)	(2.314)
Reversão das despesas de arrendamento mercantil	III.d	2.599	2.298
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	III.e.(i)	11.877	5.635
Reversão do benefício fiscal decorrente do ágio registrado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil	III.e.(ii)	<u>4.012</u>	<u>(18.055)</u>
Lucro líquido - U.S. GAAP		<u>77.189</u>	<u>87.280</u>
Lucro total ("comprehensive income") - U.S. GAAP		<u>77.189</u>	<u>87.280</u>
Cálculo do lucro por ação básico e diluído:			
Lucro atribuível aos acionistas ordinários	III.g	77.189	87.280
Lucro por ação básico e diluído	III.g	1,1205	1,2670
Média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício (em milhares)	III.g	68.889	68.889
Patrimônio líquido conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil		715.198	658.105
Critérios diferentes para:			
Juros capitalizados	III.a	59.809	51.229
Depreciação acumulada dos juros capitalizados	III.a	(12.082)	(8.047)
Ajuste do passivo de credores pela concessão	III.b	114.368	125.036
Aquisições de empresas:			
Reversão do ágio registrado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil	III.c	(226.747)	(226.747)
Reversão da amortização do ágio registrado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil	III.c	100.997	79.642
Ajuste do valor justo do imobilizado	III.c	143.916	38.655
Depreciação acumulada dos ajustes do valor justo do imobilizado	III.c	(27.016)	(10.040)
Ajuste do valor justo dos direitos de concessão (ativo intangível)	III.c	99.310	204.954
Amortização acumulada dos ajustes do valor justo dos direitos de concessão	III.c	(20.890)	(21.006)
Benefício fiscal do ágio registrado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas como redução dos direitos de concessão	III.e.(ii)	(29.158)	(16.931)
Arrendamento mercantil:			
Ativo imobilizado	IV.e	9.300	9.300
Depreciação acumulada do ativo imobilizado	IV.e	(4.770)	(2.910)
Passivo de arrendamento mercantil	IV.e	(6.970)	(9.490)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os ajustes	III.e	(110.778)	(122.655)
Reversão do benefício fiscal decorrente do ágio registrado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil	III.e.(ii)	<u>(14.043)</u>	<u>(18.055)</u>
Patrimônio líquido - U.S. GAAP		<u>790.444</u>	<u>731.040</u>

II - Demonstração das mutações do patrimônio líquido segundo os U.S. GAAP

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Patrimônio líquido segundo os U.S. GAAP no início do exercício	731.040	685.608
Lucro líquido do exercício	77.189	87.280
Dividendos	<u>(17.785)</u>	<u>(41.848)</u>
Patrimônio líquido segundo os U.S. GAAP no fim do exercício	<u>790.444</u>	<u>731.040</u>

III - Descrição das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os U.S. GAAP

a) Critérios diferentes para a capitalização e amortização de juros capitalizados

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade não capitalizou os juros incorridos durante a construção do seu imobilizado.

De acordo com os U.S. GAAP, com base no pronunciamento contábil norte-americano - "Statement of Financial Accounting Standards" - SFAS nº 34, "Capitalization of Interest Cost", os juros incorridos com empréstimos durante o período de construção de bens do ativo imobilizado são capitalizados e acrescentados ao custo desses ativos e amortizados durante a sua vida útil. O crédito é uma redução da despesa de juros.

b) Critérios diferentes de contabilização do passivo de credores pela concessão

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade reconhece o passivo de credores pela concessão a pagar ao órgão concessionário pelo valor nominal.

De acordo com os U.S. GAAP, na data de aquisição das concessionárias, a Sociedade registrou esse passivo pelo valor justo, conforme exigido pelo método contábil de compra ("purchase accounting") discutido no item c) a seguir. O valor justo foi calculado utilizando-se a técnica do valor presente de fluxos de caixa futuros. A obrigação referente à taxa de concessão é corrigida monetariamente de acordo com os termos do contrato de concessão e ajustada de acordo com a taxa de juros utilizada para seu desconto a valor presente no momento de aquisição das concessionárias.

Os efeitos da diferença de critérios sobre o lucro líquido consolidado dos exercícios findos em 31 de dezembro foram os seguintes:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Correção monetária e despesas de juros registradas:		
De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil	36.381	7.188
De acordo com os U.S. GAAP	<u>47.432</u>	<u>14.116</u>
Diferença - U.S. GAAP	<u>(11.051)</u>	<u>(6.928)</u>

c) Aquisição de empresas

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os ativos e passivos das empresas adquiridas são registrados pelos valores contábeis. O ágio é representado pela diferença entre o preço pago e o valor contábil líquido dos ativos e é amortizado linearmente com base no período estimado a ser beneficiado.

De acordo com os U.S. GAAP, com base no SFAS nº 141, “Business Combination”, o custo relativo à aquisição de uma empresa é atribuído aos ativos adquiridos, inclusive ativos intangíveis identificáveis, e aos passivos assumidos, com base nos respectivos valores justos de mercado estimados na data de aquisição. A diferença entre o custo de aquisição da empresa e os valores transferidos para os ativos adquiridos e passivos assumidos será registrada como ágio. O ágio não é amortizado e seu valor de realização deve ser avaliado. O teste de realização do ágio é realizado anualmente ou no caso de eventos ou mudanças nas circunstâncias que indiquem uma deterioração do ágio. O SFAS nº 141 estabelece a divulgação das principais razões para a combinação de empresas e a alocação do preço de compra pago aos ativos adquiridos e passivos assumidos pelas principais rubricas do balanço patrimonial. O SFAS nº 141 também estabelece que, quando os valores referentes a ágio e ativos intangíveis forem relevantes no preço pago pela aquisição, é necessário divulgar outras informações sobre esses ativos, tais como o valor do ágio por segmento e o valor do preço de compra atribuído a cada classe principal de ativo intangível.

Aquisição da Vianorte S.A. - 2006

Em 6 de dezembro de 2006, a Sociedade adquiriu todas as ações ordinárias em circulação da Vianorte. Os resultados das operações desta foram incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas desde aquela data. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Vianorte tem por objeto a operação de estradas rodoviárias, nos termos de uma concessão válida até 6 de março de 2018, para a operação da seção denominada lote 5. Como resultado dessa aquisição, a Sociedade ampliou suas operações de concessão de rodovias. O custo dessa aquisição totalizou R\$209.675.

De acordo com os U.S. GAAP, a Sociedade registrou essa aquisição com base no valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a contabilização pelo método de compra (“purchase accounting”) estabelecido pelo SFAS nº 141. Não houve ágio nessa aquisição, conforme demonstrado a seguir.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos valores justos estimados dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos na data de aquisição:

	<u>R\$</u>
Ativo circulante	11.733
Imobilizado	338.206
Direitos de concessão - ativo intangível	290.961
Outros ativos	<u>9.223</u>
Total de ativos adquiridos	<u>650.123</u>
Passivo circulante	32.463
Impostos diferidos	48.518
Exigível a longo prazo	105.418
Passivos assumidos	253.904
Lucro líquido - dezembro	<u>145</u>
Patrimônio líquido	<u>209.675</u>
Participação adquirida	100%
Patrimônio líquido adquirido	209.675
Custo total da aquisição	<u>209.675</u>
Ágio registrado de acordo com os U.S. GAAP	<u> -</u>

A vida útil remanescente dos direitos de concessão na data de aquisição é de 122 meses em 31 de dezembro de 2007. Conseqüentemente, esse ativo intangível está sendo amortizado linearmente durante esse período.

O ágio gerado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, no valor de R\$94.182, não é dedutível para fins fiscais, enquanto registrado na controladora.

d) Arrendamento mercantil

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os arrendamentos mercantis são linearmente contabilizados como despesas no resultado durante o período do arrendamento.

De acordo com os U.S. GAAP, os arrendamentos mercantis são classificados como arrendamentos financeiros quando todos os riscos e benefícios oriundos da propriedade são substancialmente transferidos para o arrendatário.

De acordo com os U.S. GAAP, os arrendamentos financeiros são contabilizados como ativos e passivos pelo menor: (i) valor de mercado do ativo arrendado; ou (ii) valor presente dos pagamentos das contraprestações do arrendamento. A depreciação é calculada consistentemente com a depreciação dos ativos de propriedade da Sociedade. Caso existam incertezas quanto à aquisição dos bens pela Sociedade no fim do arrendamento, o ativo é depreciado com base no tempo de duração do arrendamento ou com base na vida útil do bem, se esta for menor.

De acordo com os U.S. GAAP, os arrendamentos operacionais são linearmente contabilizados como despesas no resultado durante o período de arrendamento.

As divulgações das transações envolvendo arrendamento mercantil (conforme requeridos pelo SFAS nº 13, "Accounting for Leases") estão apresentadas na nota explicativa nº 26.IV.e).

e) Impostos diferidos

- (i) De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os U.S. GAAP, a Sociedade registra imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias entre os livros fiscais e contábeis. O imposto de renda diferido é líquido de provisão, se necessário.
- (ii) De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Sociedade reconhece o benefício fiscal de ágio dedutível contabilmente no resultado, conforme a utilização para fins fiscais. Adicionalmente, a Sociedade registra o imposto de renda diferido sobre benefício do ágio, conforme a diferença do seu tratamento fiscal e contábil.

De acordo com os U.S. GAAP, a Sociedade segue o estabelecido pelo SFAS nº 109, “Accounting for Income Taxes”, para reconhecer o benefício fiscal para ágios dedutíveis fiscalmente. De acordo com o SFAS nº 109, o montante reportado de ágio e sua base fiscal são separados em dois componentes na data de aquisição para cálculo do imposto de renda diferido. O primeiro componente é igual ao menor de: (i) ágio para fins de reporte; ou (ii) ágio dedutível fiscalmente. O segundo componente é igual ao restante, que é: (1) o remanescente, se houver, do ágio para fins de reporte; ou (2) o remanescente, se houver, do ágio dedutível para fins fiscais. O imposto de renda diferido ativo ou passivo é reconhecido para qualquer diferença que venha a acontecer entre o valor para fins de reporte e a base fiscal do primeiro componente em anos subsequentes. O imposto de renda diferido não é reconhecido para o segundo componente. Se o segundo componente é um excesso de ágio dedutível fiscalmente acima do ágio para fins de reporte, o benefício fiscal para esse excesso é reconhecido quando realizado na declaração de imposto de renda. Esse benefício fiscal é aplicado primeiro para reduzir o ágio para fins de reporte relacionado com a aquisição até zero, segundo para reduzir o valor de outros ativos intangíveis relacionados com a aquisição até zero e terceiro para reduzir despesas de imposto de renda. Como a Sociedade não tem nenhum ágio registrado segundo os U.S. GAAP para as aquisições efetuadas, o benefício fiscal do ágio dedutível contabilmente, conforme utilização fiscal, foi aplicado para reduzir o ativo intangível (direitos de concessão) relacionado com as respectivas aquisições. Adicionalmente, de acordo com os U.S. GAAP, a Sociedade reverteu o imposto de renda diferido constituído sobre o ágio, registrado como imposto de renda diferido ativo conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Resultado operacional

- (i) Receitas (despesas) de juros

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as receitas e despesas de juros, inclusive variações cambiais e monetárias, devem ser demonstradas como parte do resultado operacional. De acordo com os U.S. GAAP, essas receitas e despesas de juros seriam demonstradas após o resultado operacional.

- (ii) Resultado não operacional

A receita (despesa) não operacional apresentada na demonstração do resultado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil seria classificada como receita (despesa) operacional conforme os U.S. GAAP.

g) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil é baseado nas ações em circulação no fim de cada exercício e não é ajustado retroativamente para refletir os efeitos de bonificações ou agrupamentos de ações.

De acordo com os U.S. GAAP, o lucro por ação é calculado com base na média ponderada do número de ações em circulação durante o exercício, apresentando efeito retroativo para bonificações ou agrupamentos de ações. O cálculo do lucro por ação de acordo com os U.S. GAAP é demonstrado com a conciliação no lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os U.S. GAAP. A Sociedade não tem títulos potencialmente diluíveis.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Lucro líquido - U.S. GAAP	<u>77.189</u>	<u>87.280</u>
Média ponderada de mil ações ordinárias em circulação durante o exercício	68.889	68.889
Lucro por ação básico e diluído	1,1205	1,2670

h) Depósitos judiciais

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o saldo de depósitos judiciais são apresentados como redutor da conta “Provisão para contingências”, no passivo não circulante. De acordo com os U.S. GAAP, os depósitos judiciais e a provisão para contingências são registrados pelo montante bruto. Conseqüentemente, nos U.S. GAAP o ativo não circulante e o passivo circulante seriam acrescidos de R\$177 e R\$766 em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, respectivamente. Essa diferença de prática contábil não tem efeito no resultado ou patrimônio líquido.

IV - Divulgações complementares exigidas de acordo com os U.S. GAAP

a) Deterioração de ativos de vida longa

Para fins de U.S. GAAP, a partir de 1º de janeiro de 2002, a Sociedade adotou o SFAS nº 144, “Accounting for the Impairment of Long-lived Assets”. De acordo com esse pronunciamento, a Sociedade avalia periodicamente o valor contábil de seus ativos de vida longa mantidos, e em uso, quando os eventos e as circunstâncias justificam essa revisão. O valor contábil dos ativos de vida longa é considerado deteriorado quando os fluxos de caixa não descontados esperados de tais ativos são inferiores ao valor contábil dos ativos. Nesse caso, é reconhecida uma perda com base no valor pelo qual o valor contábil excede o valor justo de mercado dos ativos.

Não foram contabilizadas deteriorações nos exercícios apresentados.

b) Movimentação no número de ações

O número de ações ordinárias emitidas e em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 é de 68.889.

c) Ativos intangíveis sujeitos à amortização

Os ativos intangíveis da Sociedade sujeitos à amortização de acordo com os U.S. GAAP compreendem os direitos de concessão adquiridos através de aquisições de empresas.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2007</u>	<u>2006</u>
Valores registrados de acordo com os U.S. GAAP:		
Custo	513.982	604.498
Amortização acumulada	<u>(94.588)</u>	<u>(56.134)</u>
Líquido	419.394	548.364
Valores líquidos registrados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil	<u>370.133</u>	<u>408.703</u>
Diferenças líquidas entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os U.S. GAAP	<u>49.261</u>	<u>139.661</u>
Média ponderada - período de amortização (anos) - U.S. GAAP	<u>14,8</u>	<u>14,3</u>

De acordo com os U.S. GAAP, a despesa de amortização dos ativos intangíveis mencionados totalizou R\$38.454 e R\$14.512 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, respectivamente.

A despesa de amortização estimada desses ativos intangíveis de acordo com os U.S. GAAP para os próximos anos é conforme segue:

2008	39.199
2009	39.199
2010	39.199
2011	39.199
2012	39.199
Após 2012	<u>223.399</u>
Total	<u>419.394</u>

d) Demonstrações dos fluxos de caixa

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a divulgação das demonstrações dos fluxos de caixa são apresentadas como informação suplementar às demonstrações financeiras e de acordo com os U.S. GAAP estas demonstrações são obrigatórias. As demonstrações dos fluxos de caixa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que estão em linha com a Norma Contábil Internacional nº 7.

e) Arrendamento mercantil

A Sociedade efetuou operação de arrendamento de bens de capital para financiar a aquisição de ativo imobilizado.

O quadro a seguir descreve os ativos registrados em virtude de contrato de arrendamento mercantil:

	Taxa anual de depreciação - %	2007		2006	
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Móveis, utensílios e instalações	20	<u>9.300</u>	<u>4.770</u>	<u>4.530</u>	<u>6.390</u>

Os pagamentos futuros referentes a esse contrato de arrendamento mercantil são de R\$6.970 e seus vencimentos são:

2008	2.732
2009	2.732
2010	<u>1.506</u>
Total	<u>6.970</u>

A Sociedade não tem aluguéis de subarrendamentos a receber e não está sujeita a aluguéis contingentes resultantes desses contratos. De acordo com os U.S. GAAP, os gastos com juros desses contratos de arrendamento de bens registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 totalizaram R\$79 e R\$2.314, respectivamente.

f) Pronunciamentos contábeis recentes

Em julho de 2006, o FASB emitiu o FIN nº 48, “Accounting for Uncertainty in Income Taxes”, que estabelece um modelo único de como uma sociedade deve reconhecer, mensurar, atualizar e divulgar, nas demonstrações financeiras, posições fiscais incertas que a Sociedade tomou ou espera tomar na declaração de imposto de renda (incluindo a decisão de entregar ou não a declaração em uma jurisdição específica). De acordo com essa interpretação, as demonstrações financeiras refletirão as conseqüências fiscais futuras estimadas, que presumem que as autoridades fiscais têm pleno conhecimento da posição e de todos os fatos relevantes, mas sem considerar os valores. A adoção do FIN nº 48 não teve impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Em setembro de 2006, o FASB emitiu o SFAS nº 157, “Mensuração do Valor Justo”, que define valor justo, estabelece um modelo de medição do valor justo de acordo com princípios contábeis geralmente aceitos e expande o escopo das divulgações no que diz respeito à mensuração do valor justo. As disposições dessa norma aplicam-se a outros pronunciamentos contábeis que exigem ou permitem mensurações de valores justos. O SFAS nº 157 deve ser aplicado a demonstrações financeiras referentes a exercícios fiscais iniciados após 15 de novembro de 2007. A partir da adoção, suas disposições devem ser aplicadas prospectivamente, exceto em alguns casos. A adoção do SFAS nº 157 não deve trazer impacto significativo.

Em fevereiro de 2008, o FASB emitiu o FASB Staff Position (“FSP”) FAS nº 157-1, que altera o SFAS nº 157, excluindo o SFAS nº 13 e outros pronunciamentos contábeis que tratam da mensuração do valor justo para efeito de classificação ou mensuração de leasing de acordo com o SFAS nº 13. Entretanto, essa exceção ao escopo não se aplica aos ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios que devam ser mensurados ao valor justo de acordo com o SFAS nº 141, ou nº 141R (revisado em 2007), independentemente de tais ativos e passivos estarem ou não relacionados a contratos de leasing. O FSP FAS 157-1 deve entrar em vigor a partir da adoção inicial do SFAS nº 157 e sua adoção não deve trazer impacto significativo.

Em fevereiro de 2008, o FASB emitiu o FSP FAS nº 157-2, que adia a data de vigência do SFAS nº 157 para ativos e passivos não financeiros, com exceção de itens que sejam reconhecidos ou registrados ao valor de mercado nas demonstrações financeiras em base recorrente (no mínimo, anualmente). A data de vigência foi adiada por se considerar necessário mais tempo para o FASB analisar o efeito de questões polêmicas de implementação que surgiram ou possam surgir da aplicação do SFAS nº 157. O FSP FAS nº 157-2 adia a data de vigência do SFAS nº 157 para exercícios fiscais iniciados após 15 de novembro de 2007 e trimestres compreendidos por esses exercícios para os itens que estejam no escopo desse FSP. A adoção do FSP FAS nº 157-2 não deve trazer impacto significativo.

Em fevereiro de 2007, o FASB emitiu o SFAS nº 159, “Opção de Valor Justo para Ativos e Passivos Financeiros”, que permite às entidades optar por medir ou não os instrumentos financeiros (passíveis de tal mensuração) ao valor justo e em datas específicas. Essa opção, que pode ser aplicada a cada instrumento, individualmente, é irrevogável. O SFAS nº 159 aplica-se a exercícios fiscais iniciados após 15 de novembro de 2007, e a adoção antecipada é permitida em algumas circunstâncias. A Sociedade optou por não aplicar o valor justo a nenhum de seus ativos ou passivos financeiros.

Em dezembro de 2007, o FASB emitiu o SFAS nº 141R (revisado em 2007), que substitui o SFAS nº 141. O SFAS nº 141R define como uma empresa adquirente deve reconhecer e mensurar ativos identificáveis adquiridos, passivos assumidos, eventuais participações minoritárias na empresa adquirida e ágio adquirido; define ainda critérios de divulgação para combinações de negócios. Esse Pronunciamento se aplica às combinações de negócios cuja data de aquisição seja igual ou posterior a 15 de dezembro de 2008. Para combinações de negócios cuja data de aquisição seja anterior à data de vigência do SFAS nº 141R, a adquirente deve aplicar os critérios do SFAS nº 109, com nova redação dada pelo presente Pronunciamento, prospectivamente. Ou seja, a adquirente não deve ajustar a contabilização para combinações de negócios anteriores para refletir o efeito de mudanças previamente reconhecidas nas incertezas fiscais da adquirida ou de mudanças previamente reconhecidas na provisão para ativos fiscais diferidos da adquirida, mas após a data em que esse Pronunciamento entrar em vigor. A Sociedade está avaliando o impacto potencial da adoção do SFAS nº 141R em suas demonstrações financeiras.

Em março de 2008, o FASB emitiu o SFAS nº 161, “Divulgação de Instrumentos Financeiros Derivativos e Atividades de ‘Hedge’ - Alteração do SFAS nº 133”. O SFAS nº 161 amplia o escopo da divulgação de derivativos e atividades de “hedge” de uma entidade e, portanto, aumenta a transparência dos relatórios financeiros. O SFAS nº 161 aplica-se a exercícios fiscais iniciados após 15 de novembro de 2008. A Sociedade aplicará essa interpretação conforme necessário.
